

LI: EDITAL E ANEXOS PE - MENOR PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 064/2025
PREGÃO N°. 004/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assistência Odontológica.

A **Londrina Iluminação S.A.**, doravante denominada simplesmente Londrina Iluminação, através da presente licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos, datado de 27 de setembro de 2023, subsidiariamente pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, tem a finalidade de contratação de serviços de empresa especializada para o fornecimento do objeto descrito no Art. 2º, deste Edital de Pregão, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, que visa atender a Requisição documento SEI nº 16683359, Termo de Referência documento SEI nº [17841641](#), Conta contábil nº 43101021 – Serviço de Assistência Odontológica.

Conforme preceitua o Art. 52, § 1º da Lei Federal nº 13.303/2016, bem como o Art. 41 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, para este procedimento licitatório, será adotado o modo de **DISPUTA ABERTO e FECHADO**.

I - DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

Art. 1º. As informações relativas à sessão do pregão eletrônico estão dispostas abaixo, sendo elas:

§1º. Recebimento e abertura das propostas: até as **09h00min do dia 02/04/2026**.

§2º. Sessão pública/lances: conforme Art. 7º deste edital.

§3º. O Processo Licitatório está disponibilizado nos sites <http://www.londrinailuminacao.com.br> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>, UASG: 929333.

§4º. Todos os horários estabelecidos neste edital, aviso e Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

§5º. Pregoeiro(a) designado(a): Érica Cristina Pega de Oliveira.

§6º. Equipe de apoio: Ulisses Fernando de Paulo e Wagner Seiki Oguido.

§7º. Afim de cumprir a princípio da publicidade, os avisos referentes a este edital de pregão podem ser encontrados nas mídias:

- I - Jornal Oficial do Município de Londrina, site <http://www.londrina.pr.gov.br>;
- V - Jornal Folha de Londrina;
- IX - Site www.tce.pr.gov.br;
- XIII - <https://www.gov.br/compras/pt-br>, UASG: 929333, e
- XVII - Site oficial da Londrina Iluminação, <https://londrinailuminacao.com.br>

II - DO OBJETO

Art. 2º. Constitui objeto desta licitação, a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assistência Odontológica, sob a forma de plano coletivo empresarial, conforme necessidade e conveniência da Londrina Iluminação, dos serviços e suas respectivas especificações técnicas, conforme consta nas tabelas presentes no Anexo I, conforme descrições, características e quantidades descritas na mesma, devendo atender no mínimo a todas as condições constantes nas respectivas especificações.

§1º. A Londrina Iluminação informa que os lotes que possuam em seu título a denominação **“AMPLA CONCORRÊNCIA” NÃO SÃO EXCLUSIVOS** para **MICROEMPRESA - ME** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**, conforme preceitua a Lei Complementar Federal nº 123/2006.

§2º. A Londrina Iluminação informa que os lotes que possuam em seu título a denominação **“COTA ME/EPP”** ou **“EXCLUSIVO ME/EPP” SÃO EXCLUSIVOS** para **MICROEMPRESA - ME** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**, conforme preceitua a Lei Complementar Federal nº 123/2006.

§3º. Os serviços devem atender as especificações respectivas de cada item. Todos os serviços deverão ser de melhor

qualidade possível, não podendo apresentar defeitos ou qualquer falha que possam comprometer a qualidade do serviço, sendo que o serviço poderá não ser aceito caso seja constatado alguma falha que comprometa a sua qualidade.

§4º. A proponente poderá cotar preço para um ou mais lotes constantes deste Pregão, uma vez que o julgamento será por **Menor Preço Total do Lote**.

III - DO CREDENCIAMENTO

Art. 3º. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

§1º. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

§2º. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

§3º. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

§4º. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

I. A não observância do disposto no parágrafo anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

IV - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

Art. 4º. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

§1º. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

§2º. Para os lotes com valor até R\$ 80 mil reais e lotes referentes às cotas de até 25% (indicadas no Anexo I) a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§3º. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e Decreto Municipal 753/2017.

§4º. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- I. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- II. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- III. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;
- IV. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 38º da Lei nº 13.303 de 2016;
- V. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- VI. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- VII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- VIII. Empresas com ramo de atividade incompatível com o objeto da licitação.

§5º. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- b) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

- c) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- d) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- e) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- f) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- h) Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- i) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal
- j) Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§6º. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Art. 5º. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

§1º. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

§2º. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§3º. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

§4º. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

§5º. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

§6º. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

§7º. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

Art. 6º. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto, conforme estabelecido no edital;

a) O valor unitário a ser considerado é o valor mensal para o quantitativo estimado de 120 vidas.

b) **Como exemplo**, caso a empresa A queira ofertar o valor de R\$50,00 por vida, deverá cadastrar no valor unitário R\$6.000,00 (R\$50,00*120), sendo o valor global total de R\$144.000,00 (R\$6.000,00*24 meses).

II. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem/serviço no órgão competente, quando for o caso;

III. Documentos suplementares da proposta conforme consta no item “3.2, 3.3, 3.4 e 3.5” do respectivo Termo de Referência indicado no início do edital. Os arquivos devem ser anexados em conjunto com a proposta comercial por

meio do sistema eletrônico. A não apresentação dos documentos citados neste inciso proporcionará na desclassificação da proposta da licitante.

§1º. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

§2º. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

§3º. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

§4º. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

VII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

Art. 7º. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e somente será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

I. Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará no Anexo I.

§1º. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

§2º. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

I. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço do valor total do lote.

II. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, para fins deste processo será de R\$ 0,01;

§3º. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

§4º. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§5º. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

§6º. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§7º. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§8º. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§9º. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

§10. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, onde os participantes serão convocados automaticamente pelo sistema em grupos de até três participantes, na ordem de classificação, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo

I. Caso haja alguma oferta, findo o prazo estipulado, a disputa será encerrada. Caso contrário, será feita, automaticamente pelo sistema, uma nova convocação de até três participantes para uma nova disputa fechada.

II. As convocações continuarão até haver alguma oferta ou todos os participantes forem convocados.

III. Com o encerramento da reabertura da disputa fechada, o sistema reordenará as propostas em ordem crescente ou decrescente de valores, de acordo com o critério de julgamento, e divulgará os valores propostos.

§11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar ou de valor inferior ao já ofertado pelo licitante.

§12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance

registrado, vedada a identificação do licitante.

§13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

§14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

§15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à, comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 753, de 2017.

§16. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

§17. Em específico para os lotes/itens EXCLUSIVOS ou COTA para MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, sendo a proposta de menor preço ofertada por empresa não sediada local ou regionalmente, considerando o município de Londrina, o pregoeiro verificará a existência de preços propostos por licitantes sediados na região de Londrina e, dentro do limite de até 10% (dez por cento) superior ao melhor valor registrado, o Pregoeiro aceitará e entenderá como menor preço a menor proposta apresentada pela empresa licitante sediada em Londrina ou região;

I- Para efeito de definição as empresas que poderão usufruir o que consta neste parágrafo são aquelas sediadas nos municípios constituintes da microrregião geográfica a que pertence a cidade de Londrina, definida pelo IBGE para o Paraná (https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Rela%C3%A7%C3%A3o%20dos%20munic%C3%ADpios%20paranaenses%20em%20ordem%20alfab%C3%A9tica.pdf);

II- Caso não haja nenhuma empresa que se enquadre no inciso anterior, o benefício descrito neste parágrafo será estendido as empresas licitantes que estejam sediadas nos demais municípios que pertencem a Associação de Municípios no qual o Município de Londrina pertence (<https://www.parana.pr.gov.br/Pagina/Associacoes-de-Municipios-do-Parana>).

§18. A melhor classificada nos termos dos itens anteriores terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

§19. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

§20. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

§22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no no §1º do art. 60º da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:

I. por empresas brasileiras;

II. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

III. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

§23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

§24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

I. Caso o licitante esteja enquadrado como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte o seu melhor preço esteja registrado para o lote de ampla concorrência e para a sua respectiva cota, deverá manter as mesmas condições de sua melhor proposta, não se admitindo preços diferentes praticados por uma mesma ME / EPP em relação a um mesmo objeto.

§25. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§26. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

§27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

VIII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

Art. 8º. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

§1º. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo determinado pela Administração ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

I. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

§2º. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

§3º. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

§4º. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

§5º. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

§6º. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

§7º. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

§8º. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 3 (três) dias úteis contados da solicitação. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que justificado e aceito pelo pregoeiro.

I. Por meio de mensagem no sistema, ou comunicado no site oficial, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

II. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

III. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade constantes no Termo de Referência.

IV. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.

V. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

VI. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

VII. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

VIII. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

§9º. Se a proposta for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

§10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

§11. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido o melhor preço.

§12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

§13. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

§14. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

IX - DA HABILITAÇÃO

Art. 9º. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. SICAF;

II. Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR (<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/licitacoes-municipais-impedidos-de-licitar/54/area/250>);

III. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>

IV. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

a. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

b. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

c. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação. O prazo para manifestação é de até 48 (quarenta e oito horas), contados da convocação

V. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

VI. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

§1º. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

I. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

II. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

III. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios

eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

§2º. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

I. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

§3º. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico Financeira, nas condições descritas adiante.

§4º. Habilitação jurídica

I. O licitante credenciado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF/COMPASNET como ME/EPP, para usufruir do tratamento jurídico diferenciado concedido pela Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação, a seguinte documentação:

- a. Certidão expedida pela Junta Comercial, conforme consta no art. 3º da Instrução DREI n. 36/2017 – com validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de expedição, ou em Cartório de Registro de Pessoas Jurídica, em se tratando de microempresa e empresas de pequeno porte. Observação: Para as Certidões da Junta Comercial, quando emitidas via internet, deverão estar dentro do prazo para verificação de autenticidade no momento da sessão pública e,
- b. Declaração de que se enquadra como Microempresa, Microempreendedor Individual ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em sendo o caso, e para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/2006.

II. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

III. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio do [Portal do Empreendedor](#);

IV. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

V. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

VI. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

VII. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

VIII. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

IX. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa Física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

X. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

XI. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

§5º. Regularidade fiscal e trabalhista

I. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

II. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

III. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

IV. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

V. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal junto ao Cadastro Mobiliário e Imobiliário, relativos a Sede ou domicílio do licitante;

VI. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

VII. A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 10 do Decreto Municipal nº 753, de 2017.

§6º. Qualificação Econômico-Financeira

I. A Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com validade de 180 dias;

a. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

§7º. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

I. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste edital;

§8º. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar que entender pertinente, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação. Neste caso, somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail licitacao@iluminacao.net.br.

§9º. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

I. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

II. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

§10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

I. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

§11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

§12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

§13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

§14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

§15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

§16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

§17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

§18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

X - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

Art. 10. A proposta final do licitante que ofereceu o menor valor deverá ser encaminhada no prazo de **3 (três) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

I. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

II. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

§1º. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Detentora da Ata, se for o caso.

I. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

§2º. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º, II, da Lei nº 14.133/2021).

I. O valor unitário apresentado na proposta atualizada não poderá ser superior ao valor unitário já apresentado na proposta inicial.

II. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

§3º. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

§4º. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

XI - DOS RECURSOS

Art. 11. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

§1º. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

I. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

II. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

III. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 05 (cinco) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

§2º. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

XII - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Art. 12. A sessão pública poderá ser reaberta:

I. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

§1º. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

I. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, comunicado no site oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

II. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

XIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Art. 13. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

§1º. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

XIV - DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Art. 14. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Londrina Iluminação convocará a licitante vencedora para assinatura do contrato.

§1º. A licitante vencedora terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para assinar o instrumento contratual. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Londrina Iluminação.

§2º. A licitante que injustificadamente não assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido no item anterior ficará sujeita a multa por inexecução total conforme estabelecido neste edital.

§3º. Para contratos, poderão ocorrer, alterações de quantidades, conforme necessidade da Londrina Iluminação, em até 25% (vinte e cinco por cento), sobre o item ou lote, para mais e para menos, devendo ter aceitação por ambas as partes da contratação.

§4º. Para as aquisições provenientes de atas de registro de preços cujo o valor total não ultrapasse R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) serão emitidos Pedidos de Compra / Ordens de Compra, contendo:

- I. O objeto/serviço e seus elementos característicos, inclusive quantidades;
- II. A forma e o prazo de fornecimento de bens ou prestação dos serviços;
- III. O preço unitário;
- IV. O local, data e horário de entrega/instalação/serviço;
- V. A dotação orçamentária e fonte de recursos;
- VI. A indicação do respectivo processo licitatório.

§5º. Ultrapassando o valor citado no parágrafo anterior, será elaborado Contrato de Compra, conforme Anexo IV deste edital de pregão.

XV - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA (SOMENTE PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

Art. 15. Após o encerramento da etapa competitiva, em atendimento ao inciso V, §2º, art. 66, da Lei 13.303/2016, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

§1º. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

I - A manifestação da empresa licitante que possui interesse em fazer parte do cadastro de reserva da ata de registro de preços deverá ser por e-mail com o destinatário o endereço eletrônico licitacao@iluminacao.net.br anexando sua proposta atualizada em atendimento a este artigo.

§2º. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

§3º. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas aquisições e somente será utilizada caso o licitante vencedor:

I. Não assine a ata de registro de preços, respeitado o que consta no artigo 13º, §1º deste edital;

II. Não puder fornecer no prazo de entrega determinado neste edital e seus anexos, em parte ou na totalidade, a quantidade solicitada.

III. Tenha seu registro cancelado, em qualquer uma das hipóteses previstas na Minuta de Ata de Registro de Preço, anexos ao Edital;

§4º. A tabela com os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor será parte integrante do instrumento contratual, conforme consta na Minuta de Ata de Registro de Preço, anexos ao Edital;

XVI - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 16. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos na Minuta do contrato, anexos ao Edital;

XVII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Art. 17. As obrigações da Londrina Iluminação e da Contratada são as estabelecidas na Minuta do contrato, anexos ao Edital;

XVIII - DO PAGAMENTO

Art. 18. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta do contrato, anexos ao Edital.

XIX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 19. Ressalvados os casos fortuitos e/ou força maior definidos na Legislação Civil, desde que, devidamente comprovados e comunicados por escrito pela Contratada, dentro de 05 (cinco) dias úteis de suas ocorrências e, aceitos pela Londrina Iluminação, a inadimplência contratual ou o atraso injustificado na execução dos serviços contratados, objeto deste Edital de Pregão, implicará na aplicação de sanções administrativas, nos termos dos artigos 82 e 83 da Lei nº.13.303/2016, sendo:

I. Advertência;

II. Multa

III. Suspensão temporária de licitar.

§1º. Para efeito de aplicação da penalidade de multa, considerar-se-ão as seguintes hipóteses:

I. Ocorrências do tipo "A": Recusar ou deixar de atender injustificadamente, solicitação de entrega do serviço;

II. Ocorrências do tipo “B”: Entregar serviços em desacordo com o contrato, sem efetuar a devida substituição/adequação no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

III. Ocorrências do tipo “C”: Entregar produtos/serviços em desacordo com contrato, com substituição/adequação dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§2º. A licitante vencedora ficará sujeita ao pagamento de multa.

I. De 20% (vinte por cento) sobre o valor total do serviço, cada vez que existirem ocorrências do tipo “A”, devidamente verificadas pelo responsável pela execução, com a ciência da contratada;

II. De 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, a cada vez que existirem ocorrências do tipo “B”, devidamente verificadas pelo responsável pela execução, com a ciência da contratada. Ultrapassando o limite descrito neste item será considerada como não atendimento ao solicitado, incidindo, portanto, ocorrência do tipo “A”;

III. De 2,0% (dois por cento) de multa, calculada sobre o valor da parcela em atraso e/ou do valor correspondente à parcela inadimplida, cada vez que existirem ocorrências do tipo “C” isentando em consequência a CONTRATANTE de quaisquer acréscimos, sob qualquer título.

§3º. No caso de reincidência no item A, além da multa prevista no §2º, inciso I, desta cláusula, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da ordem de compra, depois do qual será caracterizada a inexecução total do objeto.

§4º. No caso de reincidência nos itens B e C, além da multa prevista, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ordem de compra depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

§5º. A inexecução total do ajuste ou execução em total desacordo com o presente Termo implica no pagamento de multa de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total estimado da compra direta.

§6º. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com o presente termo implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total da parcela constante na ordem de compra.

§7º. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, será aplicada a sanção de Advertência. No caso de reincidência, pelo descumprimento de obrigação contratual, a presente ata poderá ser cancelada.

§8º. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de compra, após 05 (cinco) dias úteis da sua notificação, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

§9º. Se o fornecedor se recusar a retirar/aceitar a ordem de compra, a Contratada poderá convocar as demais empresas que apresentaram proposta, na ordem de classificação, para efetuar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando for o caso.

§10. Se o fornecedor se recusar a retirar/aceitar a Ordem de Compra/Contrato de Compra, a Londrina Iluminação poderá convocar as demais empresas, respeitando a prioridade ao cadastro de reserva, para efetuar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis a atual contratada, quando for o caso.

§11. Havendo atraso de pagamento, pagará a Londrina Iluminação à detentora da Ata, multa correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso do valor inadimplido limitados a 10% (dez por cento) deste valor.

XX - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Art. 20. 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, ou enviar pedidos de esclarecimentos.

§1º. Os pedidos de impugnação, deverão ser encaminhados à Gerencia de Licitações e Contratos, A/C do Pregoeiro, das seguintes formas:

I. Mediante documento assinado pelo representante legal devidamente demonstrado, à Gerencia de Licitações e Contratos, na Av. Tiradentes, 501, torre 1, sala 501, Jd. Shangri-la A, CEP 86070-545, Londrina - PR, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a) ou protocolada no mesmo endereço; ou

II. Mediante documento assinado pelo representante legal devidamente demonstrado ao endereço eletrônico licitacao@iluminacao.net.br;

III. Deve o Licitante confirmar junto ao pregoeiro o recebimento do pedido da impugnação;

IV. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

§2º. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

§3º. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital ou através do e-mail licitacao@iluminacao.net.br;

§4º. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§5º. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

§6º. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

XXI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

§1º. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

§2º. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

§3º. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

§4º. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§5º. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

§6º. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

§7º. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele(a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documento novo. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.

§8º. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

§9º. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

§10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site oficial ou Jornal Oficial do Município.

§11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

§12. A Londrina Iluminação poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. A Londrina Iluminação poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

§13. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

§14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

§15. O Edital e respectivo processo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://londrinailuminacao.com.br/licitacoes>.

§16. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por empregados da Londrina Iluminação, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte das licitantes.

§17. A contratada que já tenha os dados bancários para pagamento cadastrados junto a Londrina Iluminação e desejar alterá-los, deverá encaminhar requerimento à Gerencia de Licitações e Contratos, na Av. Tiradentes, 501, torre 1, sala 501, Jd. Shangila-la A, CEP 86070-545, Londrina - PR ou por meio do e-mail licitacao@iluminacao.net.br;

§18. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) e, dependendo do caso, pela autoridade competente, nos termos da legislação pertinente.

§19. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Descrição dos Itens, quantidades;

ANEXO II - Termo de Referência; ([link](#))

ANEXO III - Minuta do Contrato;

Londrina, 11 de março de 2026.

LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

Vitor Daniel Genovez Horita

Diretor Presidente

Paulo Sérgio Moura

Diretor Administrativo Financeiro

ANEXO I

LOTE 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA		
Item	Descrição	Quantidade Estimada
1	Plano de Serviços de Assistência Odontológica	120

Observação: Para execução dos serviços e formação de preços, leva-se em conta uma média estimada de 120 (cento e vinte) vidas, constituído por empregados ativos e seus respectivos dependentes. Assim, o quantitativo resulta de uma estimativa, sendo que a adesão ao Plano Odontológico será feita por escolha do beneficiário posteriormente.

ANEXO II

TR documento SEI nº 17841641	TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PLANO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA
---	--

Observação: o arquivo poderá ser obtido no site <https://londrinailuminacao.com.br/editais-de-licitacao> em conjunto com o edital.

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2025

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

CONTRATO Nº 0YY/20YY

A **Londrina Iluminação S.A.**, sociedade de economia mista de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.514.376/0001-94, com sede em Londrina, no Estado do Paraná, na Avenida Luigi Amorese, 6485-A, Barracão 04, CEP 86.071-020, Jardim Leonor, representada por seu Diretor Presidente, Sr. Vitor Daniel Genovez Horita e por seu Diretor Administrativo Financeiro, Sr. Paulo Sérgio Moura, doravante denominada simplesmente Londrina Iluminação e, de outro lado, a empresa YY, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº Y, estabelecida na YY, YY, CEP YY em YY, representada por YY, doravante denominada simplesmente Contratada, ajustam e celebram o presente contrato, dentro do recurso orçamentário previsto na Requisição SEI nº 16683359, Conta contábil nº 43101021 -

Serviço de Assistência Odontológica, fazendo-o mediante autuação do Processo Administrativo nº 064/2025, vinculado ao Edital de Pregão nº 004/2026 e ao Termo de Referência nº **17841641**, em consonância com o disposto na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Londrina Iluminação (RILC) e demais cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato visa estabelecer normas para a contratação de serviços de Assistência Odontológica, devidamente autorizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, objetivando a prestação dos serviços de **ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA** aos empregados da **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A** e respectivos dependentes, devendo atender integralmente ao Termo de Referência ([link](#)), anexo ao Edital de Pregão nº 004/2026.

§1º. Para definição do objeto considera-se as médias, taxas, fidelização e o descritivo quanto a cobertura do plano, normatizados pelos critérios:

I. Para a execução dos serviços, leva-se em conta uma média de 120 (cento e vinte) vidas, composta de empregados e seus respectivos dependentes.

II. A adesão ao Plano odontológico é facultativa ao empregado ativo e seus respectivos dependentes, sendo que a variação dentro do total de adesões não acarretará, de forma alguma, qualquer majoração dos preços ofertados.

III. Taxa de Adesão: Isento.

IV. Fidelidade: 06 (seis) meses.

V. A fidelidade não se aplicará nos casos de rescisão do contrato de trabalho, a que título for.

VI. Coberturas do plano conforme descritivos abaixo:

· TUSS ESPECIALIDADE\DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

PREVENÇÃO E ORIENTAÇÃO EM SAÚDE BUCAL	
81000030	CONSULTA ODONTOLOGICA INICIAL
84000031	APLICACAO DE CARIOSTATICO
84000074	APLICACAO DE SELANTES DE FOSSULAS E FISSURAS
84000139	ATIVIDADE EDUCATIVA EM SAUDE BUCAL
84000163	CONTROLE DE BIOFILME (PLACAS BACTERIANA)
84000198	PROFILAXIA: POLIMENTO CORONARIO (COM JATO DE BICARBONATO E ULTRASSON)
85000787	IMOBILIZACAO DENTARIA EM DENTES DECIDUOS

URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA	
81000049	CONSULTA ODONTOLOGICA DE URGENCIA
81000057	CONSULTA ODONTOLOGICA DE URGENCIA 24 HS
82000875	EXODONTIA SIMPLES DE PERMANENTE
82001022	INCISAO E DRENAGEM EXTRA-ORAL DE ABSCESSO, HEMATOMA E/OU FLEGMAO DA REG BUCO-MAXILOFACIAL
82001030	INCISAO E DRENAGEM INTRA-ORAL DE ABSCESSO, HEMATOMA E/OU FLEGMAO DA REGIAO BUCO-MAXILOFACIAL
82001251	REIMPLANTE DE DENTE COM CONTENCAO
82001251	REIMPLANTE DE DENTE COM CONTENCAO
82001650	TRATAMENTO DE ALVEOLITE
83000089	EXODONTIA SIMPLES DE DECIDUOS
85100048	COLAGEM DE FRAGMENTOS DENTARIOS
85100056	CURATIVO DE DEMORA EM ENDODONTIA
85200042	PULPOTOMIA
85300020	IMOBILIZACAO DENTARIA EM DENTES PERMANENTES
85400467	RECIMENTACAO DE TRABALHO PROTETICO

RADIOLOGIA	
81000375	RADIOGRAFIA INTERPROXIMAL - BITE WING
81000383	RADIOGRAFIA OCLUSAL
81000405	RADIOGRAFIA PANORAMICA DE MANDIBULA /MAXILA (ORTOPANTOMOGRAMIA)
81000421	RADIOGRAFIA PERIAPICAL
81000481	DOCUMENTAÇÃO ORTODÔNTICA BÁSICA: CONTEMPLA: PANORÂMICA COM LAUDO, TELERRADIOGRAFIA LATERAL COM 2 TRAÇADOS, 3 FOTOS INTRABUCAIS, 3 FOTOS EXTRABUCAIS, MODELO E PASTA.

ODONTOPEDIATRIA

81000014	CONDICIONAMENTO EM ODONTOPEDIATRIA
82001707	ULECTOMIA
82001715	ULOTOMIA
83000020	COROA DE ACETATO EM DENTE DECÍDUO
83000046	COROA DE AÇO EM DENTE DECÍDUO
83000062	COROA DE POLICARBONATO
83000089	EXODONTIA SIMPLES DE DECIDUOS
83000127	PULPOTOMIA EM DENTE DECIDUO
83000151	TRATAMENTO ENDODONTICO EM DECIDUOS
84000031	APLICACAO DE CARIOSTATICO
84000058	APLICACAO DE SELANTE - TECNICA INVASIVA
84000090	APLICACAO TOPICA DE FLUOR (INCLUSO PROFILAXIA COM PASTA PROFILÁTICA, TAÇAS E ESCOVAS)
84000112	APLICACAO TOPICA VERNIZ FLUORETADO
85100048	COLAGEM DE FRAGMENTOS DENTARIOS
85100056	CURATIVO DE DEMORA EM ENDODONTIA
85100099	RESTAURACAO AMALGAMA 1 FACE
85100102	RESTAURACAO AMALGAMA 2 FACES
85100110	RESTAURACAO AMALGAMA 3 FACES
85100137	RESTAURACAO EM IONOMERO DE VIDRO - 1 FACE
85100145	RESTAURACAO EM IONOMERO DE VIDRO - 2 FACES
85100153	RESTAURACAO EM IONOMERO DE VIDRO - 3 FACES
85100161	RESTAURACAO EM IONOMERO DE VIDRO - 4 FACES
85100196	RESTAURACAO RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL 1 FACE
85100200	RESTAURACAO RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL 2 FACES
85100218	RESTAURACAO RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL 3 FACES

DENTÍSTICA	
85000135	RESTAURAÇÃO TRAUMÁTICA EM DENTE DECÍDUO
85100048	COLAGEM DE FRAGMENTOS DENTARIOS
85100056	CURATIVO DE DEMORA EM ENDODONTIA
85100064	FACETA DIRETA EM RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL
85100080	RESTAURAÇÃO ATRAUMÁTICA EM DENTE PERMANENTE
85100099	RESTAURACAO AMALGAMA 1 FACE
85100102	RESTAURACAO AMALGAMA 2 FACES
85100110	RESTAURACAO AMALGAMA 3 FACES
85100129	RESTAURACAO AMALGAMA 4 FACES
85100196	RESTAURACAO RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL 1 FACE
85100196	RESTAURACAO RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL 1 FACE
85100200	RESTAURACAO RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL 2 FACES
85100218	RESTAURACAO RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL 3 FACES
85100226	RESTAURACAO RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL 4 FACES
85200042	PULPOTOMIA
85200085	RESTAURAÇÃO DE DEMORA (CURATIVO) (POR ELEMENTO)
85400017	AJUSTE OCLUSAL POR ACRÉSCIMO
85400025	AJUSTE OCLUSAL POR DESGASTE SELETIVO

PERIODONTIA	
82000050	AMPUTAÇÃO RADICULAR COM OBTURAÇÃO RETRÓGRADA
82000069	AMPUTAÇÃO RADICULAR SEM OBTURAÇÃO RETRÓGRADA
82000212	AUMENTO DE COROA CLÍNICA
82000298	BRIDECTOMIA
82000336	CIRURGIA ODONTOLÓGICA A RETALHO
82000557	CUNHA PROXIMAL
82000662	ENXERTO GENGIVAL LIVRE
82000689	ENXERTO PEDICULADO
82000883	FRENULECTOMIA LABIAL
82000891	FRENULECTOMIA LINGUAL
82000921	GENGIVECTOMIA
82000948	GENGIVOPLASTIA
82001073	ODONTO SECÇÃO
82001685	TUNELIZAÇÃO
84000163	CONTROLE DE BIOFILME (PLACAS BACTERIANA)
85000787	IMOBILIZACAO DENTARIA EM DENTES DECIDUOS
85300012	DESSENSIBILIDADE DENTARIA

85300039	RASPAGEM SUPRA-GENGIVAL
85300047	RASPAGEM SUPRA-GENGIVAL

ENDODONTIA	
82000085	APICETOMIA BIRRADICULARES SEM OBTURACAO RETROGRADA
85100013	CAPEAMENTO PULPAR DIRETO
85200034	PULPECTOMIA
85200042	PULPOTOMIA
85200050	REMOÇÃO DE CORPO ESTRANHO INTRA-CANAL
85200077	REMOCAO NUCLEO INTRARRADICULAR
85200093	RETRATAMENTO ENDODONTICO BIRRADICULAR
85200107	RETRATAMENTO ENDODONTICO MULTIRRADICULAR
85200115	RETRATAMENTO ENDODONTICO UNIRRADICULAR
85200123	TRATAMENTO DE PERFURAÇÃO ENDODONTICA
85200131	TRATAMENTO ENDODONTICO DE DENTE COM RIZOGÊNESE INCOMPLETA - MÁXIMO 3 (TRÊS)
85200140	TRATAMENTO ENDODONTICO BIRRADICULAR
85200158	TRATAMENTO ENDODONTICO MULTIRRADICULAR
85200166	TRATAMENTO ENDODONTICO UNIRRADICULAR
85400505	REMOÇÃO DE PRÓTESE OU PINO METÁLICO

CIRURGIAS	
82000034	ALVEOLOPLASTIA
82000133	BIOPSIA DE GLÂNDULA SALIVAR
82000158	APICETOMIA MULTIRRADICULARES COM OBTURACAO RETROGRADA
82000166	APICETOMIA MULTIRRADICULARES SEM OBTURACAO RETROGRADA
82000174	APICETOMIA UNIRRADICULARES COM OBTURACAO RETROGRADA
82000182	APICETOMIA UNIRRADICULARES SEM OBTURACAO RETROGRADA
82000190	APROFUNDAMENTO/AUMENTO DE VESTÍBULO
82000239	BIOPSIA DE BOCA
82000255	BIOPSIA DE LÁBIO
82000263	BIOPSIA DE LINGUA
82000271	BIOPSIA DE MANDÍBULA
82000280	BIOPSIA DE MAXILA
82000301	BRIDOTOMIA
82000352	CIRURGIA PARA EXOSTOSE MAXILAR
82000360	CIRURGIA PARA TORUS MANDIBULAR - BILATERAL
82000387	CIRURGIA PARA TORUS MANDIBULAR - UNILATERAL
82000395	CIRURGIA PARA TORUS PALATINO
82000743	EXERESE DE LIPOMA NA REGIÃO BUCO MAXILO FACIAL
82000778	EXERESE OU EXCISÃO DE CALCULO SALIVAR
82000786	EXERESE OU EXSISÃO DE CISTOS ODONTOLÓGICOS
82000794	EXERESE OU EXCISAO DE MUCOCELE
82000808	EXERESE OU EXCISAO DE RANULA
82000816	EXODONTIA A RETALHO
82000832	EXODONTIA DE PERMANENTE POR INDICAÇÃO ORTODÔNTICA / PROTÉTICA
82000859	EXODONTIA DE RAIZ RESIDUAL
82000875	EXODONTIA SIMPLES DE PERMANENTE
82000883	FRENULECTOMIA LABIAL
82000891	FRENULECTOMIA LINGUAL
82000905	FRENULOTOMIA LABIAL
82000913	FRENULOTOMIA LINGUAL
82001022	INCISAO E DRENAGEM EXTRA-ORAL DE ABSCESSO, HEMATOMA E/OU FLEGMAO DA REG BUCO-MAXILOFACIAL
82001030	INCISAO E DRENAGEM INTRA-ORAL DE ABSCESSO, HEMATOMA E/OU FLEGMAO DA REGIAO BUCO-MAXILOFACIAL
82001103	PUNÇÃO ASPIRATIVA NA REGIÃO BUCO-MAXILO-FACIAL
82001154	RECONSTRUCAO SULCO GENGIVO LABIAL
82001170	REDICAO CRUENTA DE FRATURAS ALVEOLO DENTARIAS
82001189	REDUÇÃO INCRUENTE DE FRATURA ALVEOLO-DENTÁRIAS
82001251	REIMPLANTE DE DENTE COM CONTENCAO
82001286	REMOCAO DE DENTES RETIDOS (INCLUSOS OU IMPACTADOS)
82001391	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIPERPLASIAS DE TECIDOS OSSEOS/CARTILAGINOSOS NA REGIAO BUCO-MAXILO-FACIAL
82001510	TRATAMENTO CIRURGICO DAS FISTULAS BUCO NASAL

82001529	TRATAMENTO CIRURGICO DAS FISTULAS SINUSAL
82001588	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIPERPLASIAS DE TECIDOS OSSEOS/CARTILAGINOSOS NA REGIAO BUCO-MAXILO-FACIAL
82001596	TRATAMENTO CIRURGICO PARA TUMORES BENIGNOS DE TECIDOS MOLES NA REGIAO BUCO-MAXILO-FACIAL
82001618	TRATAMENTO CIRURGICO PARA TUMORES BENIGNOS DE TECIDOS OSSEOS/CARTILAGINOSOS NA REGIAO BUCO-MAXILO-FACIAL
82001634	TRATAMENTO CIRURGICO PARA TUMORES ODONTOGÊNICOS BENÍGNOS - SEM RECONSTRUÇÃO
82001650	TRATAMENTO DE ALVEOLITE
82001707	ULECTOMIA
82001715	ULOTOMIA
83000089	EXODONTIA SIMPLES DE DECIDUOS

PRÓTESE DENTAL	
85200026	PREPARO PARA NÚCLEO INTRARRADICULAR
85400041	CONCERTO EM PRÓTESE REMOVÍVEL
85400076	COROA PROVISORIA COM PINO
85400084	COROA PROVISORIA SEM PINO
85400092	COROA DE JAQUETA EM ACRÍLICO (COROA TOTAL ACRÍLICA PRENSADA)
85400114	COROA TOTAL EM CERÔMERO - INCLUI PEÇA PROTÉTICA - DENTES PERMANENTES ANTERIORES (INCISIVOS E CANINOS)
85400149	COROA TOTAL METALICA
85400173	COROA TOTAL METALO PLASTICA - RESINA ACRILICA
85400211	NÚCLEO DE PREENCHIMENTO
85400220	NUCLEO METALICO FUNDIDO
85400238	ONLAY DE RESINA INDIRETA
85400343	ELEMENTO PONTE FIXA METALO-PLÁSTICA
85400394	PROTESE PARCIAL REMOVIVEL PROV ACRILICO COM OU SEM GRAMPO
85400408	PROTESE TOTAL (SUPERIOR E INFERIOR)
85400416	PROTESE TOTAL IMEDIATA
85400467	RECIMENTACAO DE TRABALHO PROTETICO
85400475	REEMBASAMENTO DE COROA PROVISÓRIA
85400505	REMOCAO DE TRABALHO PROTETICO
85400556	RESTAURACAO METALICA FUNDIDA

ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL	
860001101	TRATAMENTO ORTODÔNTICO METÁLICO PARCIAL FIXO
860000981	TRATAMENTO ORTODÔNTICO METÁLICO TOTAL FIXO
86000462	PLACA DE HAWLEY
86000357	CONTROLE MENSAL TRATAMENTO ORTODÔNTICO TOTAL METÁLICO. CUSTO DE R\$ 129,00 (CENTO E VINTE E NOVE REAIS) AO BENEFICIÁRIO, COM REAJUSTE ANUAL CALCULADO PELO MESMO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO (O BENEFICIÁRIO DEVERÁ PAGAR ESTE CUSTO DIRETAMENTE A EMPRESA CONTRATADA OU AO DENTISTA).

SUBSÍDIOS EM PROCEDIMENTOS	
85400157	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE COROA TOTAL METALO- CERÂMICA. CUSTO DE R\$ 1.035,00 (MIL E TRINTA E CINCO REAIS) AO BENEFICIÁRIO, COM REAJUSTE ANUAL CALCULADO PELO MESMO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO (O BENEFICIÁRIO DEVERÁ PAGAR ESTE CUSTO DIRETAMENTE A EMPRESA CONTRATADA OU AO DENTISTA)
85400335	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PRÓTESE PARCIAL FIXA EM METALO- CERÂMICA. CUSTO DE R\$ 1.323,31 (MIL TREZENTOS E VINTE E TRES REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS) AO BENEFICIÁRIO, COM REAJUSTE ANUAL CALCULADO PELO MESMO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO (O BENEFICIÁRIO DEVERÁ PAGAR ESTE CUSTO DIRETAMENTE A EMPRESA CONTRATADA OU AO DENTISTA).

85400386	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL COM GRAMPOS BILATERAL. CUSTO DE R\$ 1.830,00 (UM MIL, OITOCENTOS E TRINTA REAIS) AO BENEFICIÁRIO, COM REAJUSTE ANUAL CALCULADO PELO MESMO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO (O BENEFICIÁRIO DEVERÁ PAGAR ESTE CUSTO DIRETAMENTE A EMPRESA CONTRATADA OU AO DENTISTA).
85400378	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL COM ENCAIXE DE PRECISÃO OU DE SEMI-PRECISÃO. CUSTO DE R\$ 2.205,74 (DOIS MIL, DUZENTOS E CINCO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS) AO BENEFICIÁRIO, COM REAJUSTE ANUAL CALCULADO PELO MESMO ÍNDICE DE REAJUSTE DO CONTRATO (O BENEFICIÁRIO DEVERÁ PAGAR ESTE CUSTO DIRETAMENTE A EMPRESA CONTRATADA OU AO DENTISTA).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS QUANTIDADES DO PREÇO

Pelo fornecimento do serviço, objeto deste contrato, a Londrina Iluminação pagará à Contratada, o valor unitário conforme tabela abaixo perfazendo o valor total geral de R\$ YY,YY (YYY).

LOTE ÚNICO - AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual	Valor Total para 24 meses
1	Plano de Serviços de Assistência Odontológica	120	R\$ YY,YY	R\$ YY,YY	R\$ YY,YY	R\$ YY,YY

Parágrafo único. Nos valores descritos acima, expressos em R\$ (reais), já estão inclusos todos os tributos (inclusive substituição tributária, quando aplicável), taxas, seguro, frete, descarga, embalagens e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias ao fornecimento do serviço descrito na Cláusula Primeira deste contrato.

a) Preços: Em reais, fixo e irrevogável até o efetivo pagamento;

b) Emissão dos Termos de Recebimento Provisório/Definitivo: a fiscalização da Londrina Iluminação acompanhará a entrega do objeto descrito na Cláusula Primeira deste Contrato no qual emitirá o Termo de Recebimento, após, verificada a sua adequação aos termos contratuais e da ETM, emitirá os termos em até 03 (três) dias úteis contados da data do recebimento de cada pedido;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ANEXOS CONTRATUAIS

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo inteiro teor as partes declaram ter pleno conhecimento e aceitam:

a) Edital de Pregão Eletrônico nº. 004/2026, datado de 11/03/2026 e seus Anexos;

b) Proposta Comercial da Contratada, datada de YY/YY/20yy, não fazendo efeito qualquer disposição contida na proposta em divergência com o Edital/Contrato.

b.1) Caso haja disputa de lances, ou desconto ofertado na sessão do Pregão, os novos valores da proposta estarão registrados na Ata de Abertura e Julgamento, datada de YY/YY/20yy, parte integrante do Processo Administrativo nº 064/2025.

c) Ata de reunião do Edital de Pregão nº 004/2026, datada de YY/YY/20yy.

§1º. Os documentos mencionados nesta Cláusula, que as partes declaram ter pleno conhecimento e aceitam, serão considerados suficientes para, em conjunto com este contrato, definir o seu objeto contratual e permitir o seu integral cumprimento.

§2º. Ao presente contrato estarão vinculados todos os termos e aditivos que vierem a ser firmados e que importem em alterações de qualquer condição contratual, desde que, devidamente assinados pelos representantes legais das partes.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

§1º. Dos Serviços:

a) Os serviços deverão ser prestados nos consultórios e clínicas credenciados pela **CONTRATADA**, na cidade de Londrina, Cambé, Ibiporã e Rolândia;

b) Para melhor atendimento dos Usuários do Plano Odontológico, a futura **CONTRATADA deverá comprovar que possui na cidade de Londrina, PR, um total mínimo de 60 (sessenta) Dentistas, Dentistas**

Especialistas/Consultórios, conveniados/credenciados ou contratados, distribuídos nas seguintes especialidades e quantidades: Cirurgia Buco Maxilo Facial – 03; Dentista Restauradora – 03; Endodontia – 05; Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais – 03; Odontopediatria – 03; Ortodontia – 10; Ortopedia Funcional dos Maxilares – 03; Periodontia – 03; Prótese Dentária – 05; Clínica Geral – 31;

b.1) O Dentista relacionado em uma Especialidade não poderá ser relacionado na Clínica Geral e vice-versa.

c) Para melhor atendimento dos Usuários do Plano Odontológico, a **CONTRATADA** deverá comprovar que possui nas cidades de Cambé, Ibiporã e Rolândia, todas localizadas no Estado do Paraná, no mínimo 01 Dentista/Consultório credenciado ou contratado, em cada cidade;

d) Possuir atendimento de urgência/emergência 24 (vinte e quatro) horas, inclusive sábados, domingos e feriados, na cidade de Londrina, PR;

e) Atendimento de urgência/emergência em nível nacional, conforme regulamentação da Agência Nacional de Saúde - ANS;

f) Disponibilizar aos beneficiários, de forma impressa ou digital (web site próprio), no prazo máximo de até 20 (vinte) dias corridos da assinatura contrato, relação de toda rede credenciada ou contratada, com nome do profissional ou clínica, especialidade, endereço e telefone;

§2º. Inclusão e Reinclusão no Plano de Assistência

a) Poderão ingressar no Plano de Assistência Odontológica apresentado pela **CONTRATADA**, os empregados integrantes do quadro de pessoal da **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A** e seus respectivos dependentes;

b) É voluntária a inclusão e a exclusão de qualquer beneficiário no plano de assistência odontológica de que trata esta Especificação de Serviços;

c) Os empregados que já possuem plano de assistência odontológica junto à empresa operadora que for **CONTRATADA** poderá efetuar a migração para o plano empresarial, nos termos da legislação vigente;

d) Poderá a empresa **CONTRATADA** manter o empregado e seus dependentes como beneficiário do Plano, após a perda do vínculo com a **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A**, nas condições estabelecidas na legislação em vigor, desde que aquele assuma integralmente o respectivo custeio;

e) Caberá ao Setor de Recursos Humanos a apresentação, se solicitada pela empresa **CONTRATADA**, de documentos que comprovem o vínculo dos empregados integrantes do quadro de pessoal da **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A**, indicando a relação de parentesco consanguíneo ou por afinidade dos dependentes com os empregados;

f) A futura **CONTRATADA** deverá efetuar as inclusões e exclusões no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da solicitação do Setor de Recursos Humanos da **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A**.

§3º. Da Exclusão do Plano de Assistência Odontológica

a) A exclusão do titular do Plano de Assistência Odontológica se dará pela rescisão do contrato de trabalho, a que título for ou pela decisão do empregado;

b) No caso de licença sem remuneração, afastamento legal ou suspensão temporária dos vencimentos, o empregado poderá optar por permanecer no Plano de Assistência Odontológica;

c) É de responsabilidade dos empregados integrantes do quadro de pessoal da **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A**, solicitar a exclusão formalmente, ao Setor de Recursos Humanos;

d) Os empregados excluídos do Plano de Assistência Odontológica serão responsáveis pela devolução imediata à **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A** de sua carteira de identificação e as de seus dependentes;

e) A exclusão do titular implicará na exclusão de todos os seus dependentes;

f) O empregado e seus dependentes que usufruírem os procedimentos odontológicos cobertos pelo Plano de Assistência Odontológica somente poderá ter sua exclusão requerida pela **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A** se forem cumpridos os seguintes requisitos:

f.1. O empregado e seus dependentes deverão cumprir o período contratual inicial de 06 (seis) meses e pagamento de todas as mensalidades devidas nesse período inicial;

f.2. Na hipótese do empregado e seus dependentes não cumprirem o período contratual inicial de 06 (seis) meses, será devido à empresa **CONTRATADA** o pagamento de multa, a título de cláusula penal por descumprimento contratual, de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração que seria devida até o término do contrato;

f.3. O empregado e seus dependentes que não usufruírem dos procedimentos odontológicos cobertos pelo Plano de Assistência Odontológica, poderão ter sua exclusão requerida em qualquer momento, sem ônus de pagamento das parcelas restantes.

§4º Dos Beneficiários

a) São considerados beneficiários titulares:

a.1) Os empregados integrantes do quadro de pessoal da **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A**.

b) São considerados beneficiários dependentes:

- b.1)** o cônjuge ou companheiro(a) de união estável heteroafetiva ou homoafetiva;
- b.2)** os filhos solteiros, até 20 (vinte) anos de idade inclusive ou, se inválidos, enquanto perdurar a invalidez;
- b.3)** o menor sob guarda por força de decisão judicial ou tutela concedida por decisão judicial, observado o disposto no item b.2;
- b.4)** outros previstos em legislação vigente que regule a matéria.

§5º A Perda da Qualidade de Beneficiário Poderá Ocorrer das Seguintes Situações:

- a)** Perda da qualidade de beneficiário titular:
 - a.1)** pela rescisão do contrato de prestação de serviços junto a **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.**;
 - a.2)** pela perda do vínculo de emprego com a **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.**, ressalvadas as condições previstas nos artigos nº 30 e nº 31 da Lei Federal nº 9.656/98;
 - a.3)** fraude praticada pelo beneficiário titular, apurada de acordo com a legislação vigente.
- b)** Perda da qualidade de beneficiário dependente:
 - b.1)** pela perda da condição de dependência prevista no item 6.2. desta Especificação de Serviços;
 - b.2)** a pedido do beneficiário titular;
- c)** Caberá tão-somente à **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.** solicitar a suspensão ou exclusão de beneficiários.
- d)** A CONTRATADA só poderá excluir ou suspender a assistência à saúde dos beneficiários, sem a anuência da **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.**, na hipótese de perda da qualidade de beneficiário dependente.

§6º Da Carência

- a)** Não poderá ser exigida qualquer carência para utilização dos benefícios do Plano de Assistência Odontológica.

§6º Da Carência

- a)** Não poderá ser exigida qualquer carência para utilização dos benefícios do Plano de Assistência Odontológica.

§7º Dos Preços Orientativos

O presente parágrafo define os preços máximos de referência para a aquisição de procedimentos odontológicos não contemplados na cobertura básica do plano contratado, mas que podem ser ofertados pela CONTRATADA com condições especiais.

a) Tabela de Preços: A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da contratação, uma tabela de preços orientativos para os procedimentos de sua rede credenciada, indicando os valores máximos que poderão ser cobrados dos beneficiários para procedimentos adicionais, estéticos ou não cobertos pelo plano.

b) Descontos: A CONTRATADA deverá assegurar, no mínimo, **30% (trinta por cento)** de desconto sobre os preços de sua tabela particular para os procedimentos não cobertos pelo plano e realizados por meio de sua rede credenciada.

c) Transparência: Os preços orientativos devem ser transparentes, facilmente acessíveis aos beneficiários e não poderão ser alterados durante a vigência do contrato, salvo se houver acordo mútuo entre as partes ou reajuste anual autorizado, seguindo a legislação aplicável.

d) Pagamento: O pagamento por procedimentos extras será de responsabilidade exclusiva do beneficiário e deverá ser realizado diretamente ao profissional ou clínica, mediante apresentação de orçamento prévio.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços odontológicos, bem como os materiais e equipamentos utilizados, atendam aos mais altos padrões de **qualidade e segurança**, em conformidade com as normas técnicas vigentes e a legislação aplicável.

a) Garantia de Qualidade: A CONTRATADA se compromete a fornecer uma rede credenciada composta por profissionais qualificados e habilitados, que ofereçam um atendimento de excelência. Todos os procedimentos odontológicos, de natureza preventiva ou curativa, deverão ser executados com a devida diligência e técnica.

b) Garantia dos Serviços: A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos serviços prestados após a sua execução. Caso haja necessidade de refazimento de algum procedimento devido a falha técnica ou de material, o novo serviço deverá ser realizado sem custo adicional para a CONTRATANTE ou seus beneficiários.

c) Obrigações da CONTRATADA: A CONTRATADA se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados aos beneficiários decorrentes de falhas na prestação dos serviços, omissão ou imperícia de sua rede credenciada, devendo ressarcir integralmente a CONTRATANTE ou os beneficiários prejudicados.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

§1º. A empresa CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal/fatura para a **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.**

§2º. O valor constante da Cláusula Segunda será pago pela Londrina Iluminação a contratada, da seguinte forma:

a) **Preços:** Em reais, fixo e irrevogável até o efetivo pagamento;

b) **Condições de pagamento:** O pagamento será efetuado mensalmente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante a apuração da quantidade de serviços realizados no mês que se passou, apresentação de nota fiscal/fatura por meio da CONTRATADA e termo de recebimento emitido pela fiscalização da LONDRINA ILUMINAÇÃO;

b.1) A Londrina Iluminação somente efetuará o pagamento a Contratada preferencialmente por depósito/transferência bancária sendo obrigatório que a conta bancária possua titularidade da Contratada.

§3º. A nota fiscal deverá ser entregue à fiscalização da Londrina Iluminação até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao mês da prestação do serviço. A fiscalização da Londrina Iluminação terá até 5 dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal de Serviços (NFS) para emitir a Ordem de Pagamento. Caso o envio da nota fiscal seja enviado em atraso, este tempo será adicionado ao prazo máximo para a emissão do termo de recebimento dos serviços prestados.

§4º. Os dependentes dos ativos com idade até 03 (três) anos inclusive deverão possuir e gozar das coberturas estabelecidas nesta Especificação, porém, a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A não irá remunerar qualquer valor à empresa CONTRATADA. Atualmente, do total de vidas **com idade até 03 (três) anos inclusive é de 23** (vinte e três) pessoas, estas quantidades poderão ser alteradas para mais ou para menos, em decorrência de novos nascimentos (dependentes) e habilitação da idade para cobrança.

§5º. A Londrina Iluminação poderá a seu critério promover a antecipação do pagamento, no todo ou em parte, das parcelas de cada Ordem de Compra ou Contrato, desde que haja por parte da Contratada proposta de abatimento (desconto) no valor do pedido e o mesmo seja vantajoso para a Londrina Iluminação.

§6º. É expressamente vedada a cobrança, em qualquer hipótese, de sobretaxa ao preço contratado quando do pagamento dos serviços prestados.

§7º. Necessidade de apresentação da Nota Fiscal:

I. A Londrina Iluminação S.A. informa que está obrigada a aceitar somente Nota Fiscal Eletrônica, em consonância com o dispositivo legal do protocolo ICMS 85 CONFAZ, devendo o arquivo da NF-e (XML) ser enviado à Londrina Iluminação S.A. através do e-mail: nf@iluminacao.net.br;

II. Os pagamentos serão condicionados à apresentação de notas fiscais e faturas discriminadas de execução dos serviços/fornecimento de bens, devidamente atestada sua conformidade e adequação;

III. O atraso na entrega da Nota Fiscal/Fatura, por culpa da CONTRATADA, isentará a Londrina Iluminação do pagamento de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

IV. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente informar quando da emissão da Nota Fiscal, o número do Contrato.

V. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida à Contratada, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

VI. Juntamente com a Nota Fiscal a CONTRATADA terá que anexar certidões negativas comprobatórias de regularidade na esfera Federal, Estadual, Municipal, trabalhistas e de encargos sociais.

VII. A apresentação dos documentos constantes nesta cláusula não exime a Contratada da exibição de outros que sejam necessários para atestar o regular pagamento dos compromissos trabalhistas, encargos sociais, ou outros aos quais estejam obrigados, o que deverá ser providenciado no prazo máximo de 05 (cinco) dias depois de solicitados.

VIII. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar sistema de liberação on-line, que possibilite a liberação dos procedimentos direto nos consultórios credenciados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

§1º. O reequilíbrio econômico-financeiro se justifica nas seguintes ocorrências:

a) Fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado;

b) Caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

c) Poderá haver repactuação dos preços, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, após o decurso de 12 (doze) meses de sua vigência, mediante revisão da taxa de sinistralidade, caso o percentual apurado no período seja superior a 70% (setenta por cento), comprovado por demonstrativo técnico e validado pela contratante.

§2º. Quando do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Contratada deverá comprovar documentalmente o desequilíbrio, podendo encaminhar os seguintes documentos, entre outros:

a) Cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais) de compra dos produtos (matérias-primas) na data de requerimento de realinhamento de preços;

b) Cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais) de compra dos produtos (matérias-primas) na data da proposta do requerente que serviram de base para a formação de preços das mercadorias ou nota(s) fiscal(ais) quando da primeira Ordem de Compra emitida pela Contratante que comprove o mesmo valor da proposta;

c) Cópias do livro de entrada de compras constando o registro das Notas Fiscais que serviram de base para formação dos preços e das Notas apresentadas no período de realinhamento;

d) Cópias do livro de apuração do ICMS contendo o registro das Notas Fiscais que serviram de base para formação dos preços e das Notas Fiscais apresentadas no período de realinhamento.

§3º. O índice a ser aplicado para reajuste será o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE, ou o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE, caso o primeiro venha a ser extinto.

§4º. O reajuste somente poderá ser requerido e concedido a cada 12 (doze) meses, contado o primeiro da data da apresentação da proposta e os seguintes a partir da data da concessão do reajuste anterior.

§5º Os preços decorrentes de reajuste, reequilíbrio econômico financeiro e/ou repactuação devem estar de acordo com os praticados no mercado.

§6º A contratada não poderá interromper a execução do objeto do contrato durante o período de tramitação do requerimento de reajuste e/ou reequilíbrio econômico financeiro.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

§1º. A **vigência deste Contrato será de 24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data da autorização de início dos serviços emitida pela fiscalização da Londrina Iluminação, podendo, a critério das partes, ser prorrogado mediante parecer fundamentado e assinatura de termo aditivo, até o limite máximo permitido na legislação vigente.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

§1º. Responsabilizar-se única, integral e diretamente pelos serviços contratados e obrigações assumidas, nos termos deste instrumento e da legislação vigente, inclusive a liquidação de sinistros e pagamentos de indenizações, mesmo que o seguro tenha sido distribuído por meio de resseguro/cosseguro.

§2º. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.

§3º. Cumprir as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços.

§4º. Responsabilizar-se diretamente pelos serviços mencionados em quaisquer dos documentos que integram o Contrato.

§5º. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua contratação.

§6º. Efetuar toda e qualquer gestão necessária à melhoria de taxas e condições do seguro ora contratado.

§7º. Não transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, ou subcontratar o serviço (exceto quando se tratar de resseguro/cosseguro).

§8º. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela Contratante, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com o serviço contratado.

§9º. Manter a Contratante informada de todos os detalhes do serviço de acordo com as conveniências desta, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a consulta.

§10. Manter-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho na observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, ou seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

§11. Atentar, quando ao pagamento das indenizações, ao quanto disposto na apólice do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA LONDRINA ILUMINAÇÃO

Além das naturalmente decorrentes, constituem obrigações da Londrina Iluminação:

§1º. Efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento.

§2º. Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias para a execução do objeto conforme Termo de Referência.

§3º. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.

§4º. Ordenar à contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações conforme termo de referência.

§5º. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, bem como atestar a Nota Fiscal/Fatura.

§6º. Comunicar à Contratada, por escrito, eventuais anormalidades na prestação do serviço, fornecendo os esclarecimentos necessários, determinando prazo para a correção das falhas.

§7º. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, especialmente quanto a aplicação de sanções, às alterações e às revisões do contrato.

§8º. Agendar reunião com a Contratada, quando necessário.

I. As partes (Contratada e Contratante) deverão lavrar e assinar ata de quaisquer reuniões realizadas nos termos deste

subitem.

§9º. Ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A **CONTRATADA** se compromete, sob pena de infração e rescisão contratual, a:

§1º. Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido.

§2º. Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesesseis anos para qualquer trabalho, com exceção a categoria de Menor Aprendiz.

§3º. Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação, limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.

§4º. Respeitar o direito de formar ou associar-se a sindicatos, bem como negociar coletivamente, assegurando que não haja represálias.

§5º. Executar os serviços adotando padrão de competência e integridade ética e profissional. Para os propósitos deste parágrafo, define-se:

I. **“Padrão de competência”**: a capacidade de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação de acordo com os serviços contratados;

II. **“Padrão de integridade ética e profissional”**: é a qualidade de agir com retidão, honestidade, imparcialidade e lealdade. É a conduta reta e justa, respeitando as leis, as normas empresariais, o sigilo profissional, os direitos e as diferenças entre as pessoas, tratando-as com respeito e cordialidade.

§6º. Cumprir a legislação nacional, especialmente a Lei nº 12.846/2013, que contém regras específicas de prevenção e combate a fraudes e corrupção, ficando estabelecido que a Contratada deve observar a respectiva Lei durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual, comprometendo-se a combater as seguintes práticas:

I. **“Prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do colaborador no processo de contratação ou na execução de contrato;

II. **“Prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de contratação ou de execução de contrato;

III. **“Prática conluiada”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais participantes do processo de contratação, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos da Contratante, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

IV. **“Prática coercitiva”**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo de contratação ou afetar a execução do contrato;

V. **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes ou empregados da Londrina Iluminação, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática acima prevista; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de a Contratante promover inspeção.

§7º. Proteger e preservar o meio ambiente, bem como buscar prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas Federal, Estadual e Municipal e implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.

§8º. Desenvolver suas atividades respeitando a legislação ambiental, fiscal, trabalhista, previdenciária e social locais, bem como os demais dispositivos legais relacionados à proteção dos direitos humanos, abstendo-se de impor aos seus colaboradores condições ultrajantes, sub-humanas ou degradantes de trabalho. Para o disposto desse artigo define-se:

I. **“Condições ultrajantes”**: condições que expõe o indivíduo de forma ofensiva, insultante, imoral ou que fere ou afronta os princípios ou interesses normais, de bom senso, do indivíduo;

II. **“Condições sub-humanas”**: tudo que está abaixo da condição humana como condição de degradação, condição de degradação abaixo dos limites do que pode ser considerado humano, situação abaixo da linha da pobreza;

III. **“Condições degradantes de trabalho”**: condições que expõe o indivíduo à humilhação, degradação, privação de graus, títulos, dignidades, desonra, negação de direitos inerentes à cidadania ou que o condicione à situação semelhante à escravidão.

§9º. A Londrina Iluminação poderá recusar o recebimento de qualquer serviço, material ou equipamento, bem como rescindir imediatamente este contrato, sem qualquer custo, ônus ou penalidade, garantida a prévia defesa, caso se comprove que a Contratada, subcontratados ou fornecedores utilizem-se de trabalho em desconformidade com as condições referidas nas cláusulas supracitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Ressalvados os casos fortuitos e/ou força maior definidos na Legislação Civil, desde que, devidamente comprovados e comunicados por escrito pela Contratada, dentro de 05 (cinco) dias úteis de suas ocorrências e, aceitos pela Londrina Iluminação, a inadimplência contratual ou o atraso injustificado na execução dos serviços contratados, objeto deste

Edital de Pregão, implicará na aplicação de sanções administrativas, nos termos dos artigos 82 e 83 da Lei nº.13.303/2016, sendo:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de licitar.

§1º Para efeito de aplicação da penalidade de multa, considerar-se-ão as seguintes hipóteses:

- I. Ocorrências do tipo "A": Recusar ou deixar de atender injustificadamente, solicitação de entrega do serviço;
- II. Ocorrências do tipo "B": Entregar serviços em desacordo com o contrato, sem efetuar a devida substituição/adequação no prazo previsto no Termo de Referência;
- III. Ocorrências do tipo "C": Entregar produtos/serviços em desacordo com contrato, com substituição/adequação dentro do prazo previsto no Termo de Referência.

§2º. A Contratada ficará sujeita ao pagamento de multa

- I. De 20% (vinte por cento) sobre o valor total do serviço, cada vez que existirem ocorrências do tipo "A", devidamente verificadas pelo responsável pela execução, com a ciência da contratada;
- II. De 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, a cada vez que existirem ocorrências do tipo "B", devidamente verificadas pelo responsável pela execução, com a ciência da contratada. Ultrapassando o limite descrito neste item será considerada como não atendimento ao solicitado, incidindo, portanto, ocorrência do tipo "A";
- III. De 2,0% (dois por cento) de multa, calculada sobre o valor da parcela em atraso e/ou do valor correspondente à parcela inadimplida, cada vez que existirem ocorrências do tipo "C" isentando em consequência a CONTRATANTE de quaisquer acréscimos, sob qualquer título.

§3º. No caso de reincidência no item A, além da multa prevista no §2º, inciso I, desta cláusula, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da ordem de compra, depois do qual será caracterizada a inexecução total do objeto.

§4º. No caso de reincidência nos itens B e C, além da multa prevista, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ordem de compra depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

§5º. A inexecução total do ajuste ou execução em total desacordo com o presente Termo implica no pagamento de multa de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total estimado da compra direta.

§6º. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com o presente termo implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total da parcela constante na ordem de compra.

§7º. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, será aplicada a sanção de Advertência. No caso de reincidência, pelo descumprimento de obrigação contratual, a presente ata poderá ser cancelada.

§8º. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de compra, após 05 (cinco) dias úteis da sua notificação, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

§9º. Se o fornecedor se recusar a retirar/aceitar a ordem de compra, a Contratada poderá convocar as demais empresas que apresentaram proposta, na ordem de classificação, para efetuar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando for o caso.

§10. Havendo atraso de pagamento, pagará a Londrina Iluminação à detentora da Ata, multa correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso do valor inadimplido limitados a 10% (dez por cento) deste valor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A **LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.** e a **CONTRATADA** comprometem-se a cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável ("Dados Pessoais") vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD"), Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014 ("Marco Civil da Internet"), Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019 ("Lei do Cadastro Positivo"), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ("Lei de Acesso à Informação") e Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 ("Decreto Comércio Eletrônico"), conforme aplicável;

§1º Além destas obrigações, a CONTRATADA também deverá:

I. Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais pela LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.;

II. Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;

III. Garantir que qualquer atividade realizada que utilize Dados Pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração ("Tratamento") resultante do objeto do presente contrato, bem como o uso e marketing de tais dados, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política de Privacidade da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. e com a Política LGPD, conforme disposto em seu site (www.Londrinailuminacao.com.br), a qual poderá ser atualizada a qualquer tempo, visando conformidade com a legislação brasileira e internacional de proteção de dados pessoais;

IV. Não realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais, resultantes da execução do contrato, sem enquadramento em uma das bases legais estipuladas no art. 7º da LGPD;

V. Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;

VI. Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais;

VII. Comunicar a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. imediatamente e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas em caso de incidentes e/ou vazamentos envolvendo dados resultantes do tratamento de Dados Pessoais obtidos para a execução do presente contrato.

§2º. A CONTRATADA não poderá subcontratar nenhuma das suas atividades de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do presente contrato, sem o prévio e expresso consentimento da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. Havendo subcontratação, a CONTRATADA deverá celebrar contrato por escrito com a subcontratada contendo as mesmas obrigações no que se refere à Proteção de Dados Pessoais dispostas no presente contrato. Em caso de descumprimento pela subcontratada das obrigações em matéria de Proteção de Dados Pessoais que lhe incumbem nos termos do referido contrato por escrito, a CONTRATADA continua a ser plenamente responsável perante a LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. pelo cumprimento destas obrigações.

§3º. A LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. e a CONTRATADA desde já pactuam que o descumprimento por uma das Partes, de qualquer Legislação de Proteção de Dados Pessoais, das políticas da LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A. ou das provisões contidas nesta cláusula gerará obrigação da Parte culpada em indenizar, defender e manter isento(a)(s) a(s) outra(s) Parte(s) e suas entidades afiliadas, conselheiros, diretores, executivos e empregados de todas as responsabilidades, perdas, os danos, prejuízos, custos, despesas, ações, processos, demandas, multas e penalidades decorrentes do descumprimento, por uma das Partes, de suas obrigações, declarações e garantias previstas nesta Cláusula, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste contrato será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações desta Cláusula.

§4º. Sendo confirmado qualquer tipo de ação que comprometa as diretrizes constantes na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13.709/2018, além da aplicação das sanções de penalidades constantes neste contrato, a CONTRATADA poderá sofrer as sanções administrativas presentes no art. 52 da referida lei, em conformidade com §1º do respectivo artigo, sendo essas sanções aplicáveis pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

§5º. A Contratada deverá assinar o Termo de Consentimento de Informação de Dados, referente aos dados colhidos e apresentados durante toda a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente contrato será rescindido quando verificadas as hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se, quando for o caso, as disposições previstas nos artigos 138 e 139 da mesma lei.

Parágrafo único. O descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada às sanções previstas no § 2º, do Art. 83 da Lei nº 13.303/2016, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

Os motivos de caso fortuito ou força maior, compreendidos no Direito Civil, deverão ser notificados e comprovados, por escrito, à Londrina Iluminação, dentro de 05 (cinco) dias úteis de suas ocorrências e, desde que admitidos como tal, não serão incluídos nos respectivos períodos de incidência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A fiscalização deste contrato será feita por funcionários da Londrina Iluminação S.A. a serem designados via Resolução Interna.

Parágrafo único. A presença da fiscalização no local dos serviços não atenua nem diminui a responsabilidade da Contratada no que diz respeito a qualquer ocorrência, atos irregulares ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos a ele relacionados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ACEITAÇÃO DE TODAS AS CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL

A contratada, aceita e se submete a todas as condições estabelecidas no Edital de Pregão nº 004/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Elegem as partes, o foro da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, como o único competente, para nele serem dirimidas as dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Londrina, yy de yy de 20yy.

LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

yy

Diretor Presidente

yy

Diretor Administrativo Financeiro

CONTRATADA

yy

Representante Legal

TESTEMUNHAS

NOME: yy

CPF: yy

NOME: yy

CPF: yy

ANEXO I DO CONTRATO nº yy/20yy

TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS

I. Reconheço que em razão da utilização das ferramentas tecnológicas disponibilizadas pela Londrina Iluminação S.A, poderei ter acesso a diversas informações pessoais, sensíveis, estratégicas, comerciais, entre outras - confidenciais ou não - armazenadas nos sistemas informatizados sob a responsabilidade da Londrina Iluminação S.A;

II. Tenho ciência de que as credenciais de acesso (login e senha) são de uso pessoal e intrasferível e de conhecimento exclusivo. É de minha inteira responsabilidade todo e qualquer prejuízo causado pelo fornecimento de minha senha pessoal à terceiros, independente do motivo.

III. Reconheço que para os fins deste documento serão consideradas confidenciais todas as informações, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros e de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando a:

- a. Dados pessoais - qualquer informação que possa tornar uma pessoa física identificada ou identificável;
- b. Dados sensíveis - Qualquer dado pessoal que diga respeito a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, bem como dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.
- c. Técnicas, design, especificações, desenhos, cópias, modelos, fluxogramas, croquis, fotografias, software, mídias, contratos, planos de negócios, propostas comerciais, processos, tabelas, projetos, nomes de clientes, resultados de pesquisas, invenções e ideias, financeiras, comerciais, dentre outros.

IV. Tenho conhecimento ainda das normas internas que dizem respeito à Política Nacional de Proteção de Dados da Londrina Iluminação S.A;

V. Tenho conhecimento ainda de que a Londrina Iluminação S.A possui um programa de governança de dados pessoais e de segurança da informação, em relação aos quais tenho obrigação de obedecer e auxiliar o cumprimento;

VI. Me comprometo a não utilizar qualquer informação à qual tenha acesso, classificada como confidencial ou não, para fins diversos daqueles para os quais tive autorização de acesso.

VII. Estou ciente que, é proibida a cópia, de qualquer informação para dispositivos estranhos à estrutura da Londrina Iluminação S.A, bem como a divulgação e compartilhamento, exceto se a referida ação, seja estritamente necessária para a prestação dos serviços contratados, devendo ser realizada com a maior segurança possível e com expressa e prévia autorização do representante legal da Londrina Iluminação.

VIII. Reconheço que os prejuízos causados pela detentora da ata, prepostos e representantes da detentora da ata à Londrina Iluminação S.A em razão da quebra de confidencialidade, disponibilidade ou integridade das informações às quais tenho acesso, poderão ser reclamados, judicial ou extrajudicialmente e, caso caracterizada qualquer infração penal, poderei ser pessoalmente responsabilizado;

IX. Reconheço que meus dados pessoais utilizados para acesso aos sistemas disponibilizados pela Londrina Iluminação S.A, serão conservados durante o tempo que estiver vigente a relação contratual com a Londrina Iluminação S.A a qual estou vinculado e após esta finalizar, durante os períodos de retenção de dados legalmente exigíveis, de forma estritamente necessária, tais como, mas não se limitando, pelos prazos prescricionais para ajuizamento de ação penal ou civil, assim como para o exercício do direito de defesa em processo judicial de qualquer natureza ou para outra finalidade por período não excessivo adotado pela Londrina Iluminação S.A, garantida a transparência, confidencialidade, integridade e disponibilidade das minhas informações pessoais, bem como o exercício dos direitos previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 ("LGPD") na vigência da relação contratual assim como após o término da referida relação.

X. Reconheço, neste ato, ter lido, compreendido e sanado todas as dúvidas sobre o Termo De Compromisso De Confidencialidade De Informação E Proteção De Dados Pessoais e sensíveis.

DETENTORA DA ATA

yy

Representante



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Sérgio Moura, Diretor(a) Administrativo-Financeiro(a)**, em 11/03/2026, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Daniel Genovez Horita, Presidente**, em 11/03/2026, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17906428** e o código CRC **7B4AA228**.

Referência: Processo nº 91.001383/2025-28

SEI nº 17906428